

Em junho de 2016, a Alta Representante para a Política Externa e de Segurança da União apresentou, aos representantes dos Estados-membros da União Europeia (UE), uma nova Estratégia Global da UE para a política externa e de segurança. No elenco de prioridades, da ação externa da União, aquele documento destaca o conceito e prática de abordagem abrangente (*comprehensive approach*), a par dos objetivos da segurança, da resiliência dos estados e das sociedades, da ordem regional cooperativa e da promoção da governação global no século XXI. Este número temático da *Nação e Defesa* é dedicado a uma análise detalhada e representativa de perspetivas e entendimentos distintos sobre conceitos e práticas de abordagem abrangente, no plano académico e da análise política. Neste sentido, os artigos que o compõem versam sobre várias conceptualizações possíveis sobre abordagem abrangente, identificando os propósitos e desafios que a enquadram, bem como os procedimentos, os instrumentos e os recursos necessários ao reforço mútuo de novas práticas cooperativas, quer no quadro nacional dos Estados-membros, quer no quadro europeu.

Isabel Ferreira Nunes examina os contornos conceptuais da abordagem abrangente presentes na literatura, identifica os desafios que se colocam à segurança internacional nesse contexto, relacionando a sua prática com a ambição transformativa da União Europeia no âmbito regional e internacional. Com base numa segunda revisão da literatura, a autora analisa como é que os processos de adaptação aos requisitos de abordagem abrangente, e respetiva implementação através de ações de coordenação interna e cooperação internacional, são tratados e operacionalizados em três grupos distintos de Estados-membros da UE.

Nicoletta Pirozzi analisa a origem, a evolução e as perspetivas atuais relativas ao debate sobre abordagem abrangente da União, no seio das instituições europeias e das comunidades de peritos, avaliando os esforços e condicionantes à sua operacionalização, em particular no que respeita ao desenvolvimento de capacidades na área da segurança-desenvolvimento. Conclui com uma reflexão sobre o futuro desta metodologia de atuação no seio da União considerando a adoção da Estratégia Global da União Europeia.

Luís Cabaço privilegia a dimensão metodológica da prática de abordagem abrangente da União Europeia e a forma como esta incentiva a combinação e otimização de diferentes recursos ao dispor da União, necessidade esta de carácter imperativo face ao desenvolvimento de um arco de crises a sul e leste da Europa. O autor examina o âmbito, os requisitos e os benefícios do emprego da abordagem abrangente em cenários internacionais de crises e conflitos militares e não-militares.

Erik-Lars Lundin desenvolve a sua análise para além dos tradicionais limites de aplicação da abordagem abrangente no exame das crises e conflitos, valorizando o seu impacto sobre as condições funcionais, presentes nos quartéis-gerais da União, em Bruxelas e nos teatros onde decorrem missões e operações.

Fernanda Faria reflete sobre as potencialidades políticas, os instrumentos e os atores que conferem à União uma capacidade única, no plano internacional, para abordar as várias dimensões da segurança e do desenvolvimento. Reconhece que, sendo esta uma mais-valia europeia, está também na origem da dificuldade em a Europa se pronunciar e atuar de uma forma una. A autora considera que a falta de uma clara visão e liderança política limita a ação externa europeia, não obstante os progressos obtidos na adaptação de instrumentos e mecanismos da UE, destinados a melhorar a coordenação e ação conjunta no âmbito do sistema europeu.

Ana Paula Brandão identifica e analisa as implicações da diferenciação política existente no quadro da União, no que respeita ao emprego de uma noção de abordagem abrangente, no domínio da segurança. Os efeitos das ameaças transnacionais sobre a segurança interna e internacional afetaram o âmbito das agendas de segurança e o alcance da cooperação interna e internacional dos estados e da União Europeia. A autora analisa as consequências desta realidade sobre o desempenho internacional da UE nas vertentes da sua autonomia, capacidade e presença.

José Costa Pereira e Dilarde Teilane reconhecem o método de abordagem abrangente como o melhor instrumento para a gestão dos problemas complexos, que afetam a segurança da região do Corno de África, em particular ao nível das causas da instabilidade. Os autores reconhecem que o emprego conjunto de diversos instrumentos e políticas permitem desenvolver um modo de atuação que se tem revelado adequado e gerador de estabilidade e desenvolvimento sustentável na região. Para tal, a União terá que continuar a fomentar uma visão estratégica comum em torno da prevenção, do desenvolvimento de capacidades existentes e de um modo de ação estrutural em relação às crises na região.

Matthias Deneckere, Volker Hauck e Cristina Barrios concluem este caderno temático identificando e debatendo os contextos heterogêneos em que emergem situações de instabilidade e fragilidade de natureza estrutural. A natureza estrutural das vulnerabilidades, que afeta hoje estados e sociedades, reclama a presença de uma liderança europeia coerente e promotora da estabilidade, resiliência e desenvolvimento regional. Este artigo examina de uma forma detalhada os instrumentos financeiros ao dispor da União, considera o papel específico dos Estados-membros naquele quadro e evidencia o esforço europeu no sentido da harmonização de conceitos, estratégias e mecanismos de coordenação da ação externa da União, ao nível político e operacional.

Na secção extra dossiê são abordados dois temas distintos, que refletem sobre o impacto regional da política externa de dois atores globais: a Índia e o Reino Unido. Jitendra Nath Misra reflete sobre a posição da Índia na ordem internacional e as consequências da sua ascensão regional. O artigo analisa o desempenho externo do governo de Narendra Modi, tendo por base o manifesto eleitoral do

partido do governo e reflete sobre os obstáculos à ambição de ator global por parte da Índia, condicionada por processos de continuidade e mudança da política externa daquele país.

A perspectiva de uma saída do Reino Unido da União Europeia, na sequência do referendo de junho, tem marcado a agenda política europeia e adensado o debate relativo aos seus efeitos sobre o futuro curso do projeto europeu. Neste contexto, Carlos Branco avalia as possíveis consequências do referendo no domínio da política externa, segurança e defesa da União Europeia, no quadro das relações transatlânticas, equacionando os desenvolvimentos futuros e as repercussões geopolíticas resultantes de um novo equilíbrio de poder na Europa.

Vitor Rodrigues Viana